

Pablo Stolze Gagliano
Rodolfo Pamplona Filho

Manual de Direito Civil

VOLUME ÚNICO

3ª edição
revista, ampliada e atualizada
2019

saraiva  jur

347 (81)

G 135 m

3. ed.

Pablo Stolze Gagliano
Roberto Pamplona Filho

ISBN 978-85-53602-91-9

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7857

SOMOS | saraiiva

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Gagliano, Pablo Stolze

Manual de direito civil : volume único / Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho. -- 3. ed. -- São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título II. Pamplona Filho, Rodolfo.

18-1091

CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flor de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Mihoko Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajz
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

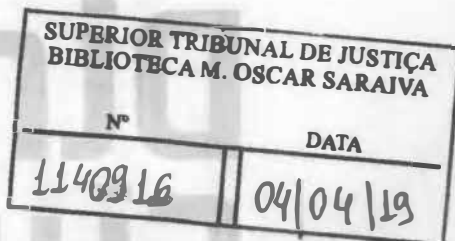
Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão PBA Preparação e Revisão de Textos
Capa Roney Camelo
Ilustrações Estúdio Lab307 / Erik Malagrino

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola



Data de fechamento da edição: 21-12-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 805170 CAE 830641

1140916

ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Nota dos Autores à Terceira Edição</i>	9
<i>Nota dos Autores à Segunda Edição</i>	11
<i>Nota dos Autores à Primeira Edição</i>	13

PARTE HERMENÊUTICA

CAPÍTULO I

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS NO DIREITO BRASILEIRO

1. O objetivo de uma Lei de Introdução	45
2. Interpretação de normas.....	46
3. Algumas noções sobre a integração normativa	49
4. Aplicação temporal de normas.....	50
5. Conflito de normas no tempo (direito intertemporal).....	55
6. Aplicação espacial de normas.....	57
7. Conflito de normas no espaço.....	59
8. Segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação de normas por agentes públicos (Reflexões críticas sobre a Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB).....	62

PARTE GERAL

PESSOAS

CAPÍTULO II

PESSOA NATURAL

1. A personalidade jurídica	71
1.1. Conceito.....	71
1.2. Aquisição da personalidade jurídica.....	71
1.3. O nascituro.....	73
2. Capacidade	76
2.1. Incapacidade absoluta	78
2.2. Incapacidade relativa.....	83
2.2.1. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.....	83
2.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.....	85

2.2.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	86
2.2.4. Os pródigos.....	87
2.2.5. Algumas palavras sobre a capacidade jurídica dos indígenas.....	88
2.3. Suprimento da incapacidade (representação e assistência).....	89
3. Emancipação.....	90
4. Direitos da personalidade.....	96
5. Extinção da pessoa natural	105
5.1. Morte presumida.....	106
5.1.1. Ausência	107
5.1.2. Justificação de óbito	111
5.2. Morte simultânea (comoriência)	112

CAPÍTULO III PESSOA JURÍDICA

1. Conceito	113
2. Surgimento da pessoa jurídica	113
3. Classificação das pessoas jurídicas	115
3.1. Pessoas jurídicas de direito público	116
3.2. Pessoas jurídicas de direito privado.....	117
3.2.1. As associações	120
3.2.2. As sociedades.....	123
3.2.3. As fundações	126
3.2.4. As organizações religiosas.....	132
3.2.5. Os partidos políticos	133
3.2.6. As empresas individuais de responsabilidade limitada	134
4. Desconsideração da personalidade jurídica	136
5. Extinção da pessoa jurídica.....	141

CAPÍTULO IV DOMICÍLIO

1. Conceito e distinções necessárias	143
2. Tratamento legal e mudança de domicílio	145
3. Domicílio aparente ou ocasional.....	146
4. Domicílio da pessoa jurídica	146
5. Espécies de domicílio	147

CAPÍTULO V BENS

1. Conceito	150
2. Classificação	150
2.1. Dos bens considerados em si mesmos	150
2.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos.....	150
2.1.2. Bens imóveis e móveis.....	151
2.1.3. Bens fungíveis e infungíveis	154
2.1.4. Bens consumíveis e inconsumíveis.....	155
2.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis	156
2.1.6. Bens singulares e coletivos.....	157
2.2. Dos bens reciprocamente considerados	158
2.3. Dos bens públicos e particulares	159

FATOS JURÍDICOSCAPÍTULO VI
FATO JURÍDICO

1. Conceito e classificação dos fatos jurídicos.....	161
2. Negócio jurídico.....	165
2.1. Conceito	165
2.2. Planos de análise	165
2.3. Defeitos do negócio jurídico.....	167
2.3.1. Erro ou ignorância.....	168
2.3.2. Dolo.....	170
2.3.3. Coação	173
2.3.4. Lesão	175
2.3.5. Estado de perigo.....	178
2.3.6. Simulação.....	180
2.3.7. Fraude contra credores	184
2.4. Invalidez do negócio jurídico	190
2.5. Elementos acidentais do negócio jurídico.....	202
2.5.1. Condição	203
2.5.2. Termo.....	211
2.5.3. Encargo.....	214
3. Ato ilícito.....	215

CAPÍTULO VII
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

1. Noções conceituais	220
2. A prescrição e a decadência no Código Civil.....	225
3. Causas impeditivas e suspensivas	227
4. Causas interruptivas	231
5. Direito intertemporal.....	235

PARTE ESPECIAL**OBRIGAÇÕES**CAPÍTULO VIII
INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1. Conceito do direito das obrigações.....	241
2. Distinção entre direitos pessoais e reais	241
3. Figuras híbridas entre direitos pessoais e reais	242
4. Considerações terminológicas.....	243
5. Estrutura da relação jurídica obrigacional	245
5.1. Elemento subjetivo: sujeitos da relação obrigacional.....	246
5.2. Elemento objetivo: a prestação.....	247
5.2.1. Características fundamentais da prestação.....	251
5.2.1.1. Licidade.....	252
5.2.1.2. Possibilidade	253
5.2.1.3. Determinabilidade.....	254

5.3. Elemento ideal: o vínculo jurídico entre credor e devedor	254
6. Fontes das obrigações.....	255

CAPÍTULO IX CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

1. Introdução.....	259
2. Classificação básica	259
2.1. Obrigações de dar.....	260
2.1.1. Obrigações de dar coisa certa	260
2.1.2. Obrigações de dar coisa incerta.....	263
2.1.3. Obrigações de dar dinheiro (obrigações pecuniárias).....	266
2.2. Obrigações de fazer.....	269
2.3. Obrigações de não fazer	277
3. Classificação especial das obrigações.....	280
3.1. Classificação especial quanto ao elemento subjetivo (sujeitos).....	281
3.1.1. Obrigações fracionárias.....	282
3.1.2. Obrigações conjuntas.....	283
3.1.3. Obrigações disjuntivas.....	284
3.1.4. Obrigações solidárias.....	284
3.1.4.1. A solidariedade.....	284
3.1.4.1.1. Solidariedade ativa	287
3.1.4.1.2. Solidariedade passiva	290
3.1.4.2. Subsidiariedade	295
3.2. Classificação especial quanto ao elemento objetivo (prestação).....	298
3.2.1. Obrigações alternativas	298
3.2.2. Obrigações facultativas.....	301
3.2.3. Obrigações cumulativas.....	302
3.2.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	302
3.2.5. Obrigações líquidas e ilíquidas.....	306
3.3. Classificação especial quanto ao elemento accidental	307
3.3.1. Obrigações condicionais.....	307
3.3.2. Obrigações a termo.....	308
3.3.3. Obrigações modais	308
3.4. Classificação especial quanto ao conteúdo.....	309
3.4.1. Obrigações de meio	309
3.4.2. Obrigações de resultado	309
3.4.3. Obrigações de garantia	310
4. Obrigação natural.....	310

CAPÍTULO X TEORIA DO PAGAMENTO

1. Conceito e natureza jurídica do pagamento.....	315
2. Condições subjetivas do pagamento.....	317
2.1. De quem deve pagar.....	317
2.2. Daqueles a quem se deve pagar.....	321
3. Condições objetivas do pagamento	325
3.1. Do objeto do pagamento e sua prova.....	325
3.2. Do lugar do pagamento.....	329
3.3. Do tempo do pagamento.....	331

CAPÍTULO XI
FORMAS ESPECIAIS DE PAGAMENTO

1.	Introdução.....	332
2.	Consignação em pagamento.....	332
3.	Pagamento com sub-rogação.....	348
4.	Imputação do pagamento.....	354
5.	Dação em pagamento.....	357
6.	Novação.....	360
7.	Compensação.....	367
8.	Confusão.....	372
9.	Remissão.....	373

CAPÍTULO XII
TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

1.	Introdução.....	379
2.	Cessão de crédito.....	380
3.	Cessão de débito (assunção de dívida).....	385
4.	Cessão de contrato.....	388

CAPÍTULO XIII
TEORIA DO INADIMPLEMENTO

1.	Noções introdutórias.....	391
2.	Inadimplemento fortuito da obrigação.....	392
3.	Inadimplemento culposo da obrigação.....	394
	3.1. Perdas e danos.....	397
	3.2. Juros.....	401
	3.3. Inadimplemento relativo — a mora.....	406
	3.3.1. Mora do devedor.....	407
	3.3.2. Mora do credor.....	411
	3.3.3. Purgação e cessação da mora.....	413
4.	Cláusula penal.....	414
5.	Arras.....	420

CONTRATOS

CAPÍTULO XIV
VISÃO ESTRUTURAL DO CONTRATO

1.	Conceito de contrato.....	426
2.	Natureza jurídica do contrato.....	429
3.	Principiologia do Direito Contratual.....	430
	3.1. Princípio da autonomia da vontade ou do consensualismo.....	432
	3.2. Princípio da força obrigatória do contrato.....	435
	3.3. Princípio da relatividade subjetiva dos efeitos do contrato.....	437
	3.4. Princípio da função social do contrato.....	438
	3.5. Princípio da equivalência material.....	446
	3.6. Princípio da boa-fé.....	447
	3.6.1. Delimitação conceitual.....	448
	3.6.2. Funções da boa-fé objetiva.....	450
	3.6.2.1. Função interpretativa e de colmatação.....	451
	3.6.2.2. Função criadora de deveres jurídicos anexos.....	451

3.6.2.2.1. Deveres de lealdade e confiança recíprocas.....	452
3.6.2.2.2. Dever de assistência.....	452
3.6.2.2.3. Dever de informação.....	453
3.6.2.2.4. Dever de sigilo ou confidencialidade.....	453
3.6.2.3. Função delimitadora do exercício de direitos subjetivos	454
3.6.3. Desdobramentos da boa-fé objetiva.....	458
3.6.3.1. <i>Venire contra factum proprium</i>	459
3.6.3.2. <i>Supressio</i>	459
3.6.3.3. <i>Surrectio</i>	460
3.6.3.4. <i>Tu quoque</i>	460
3.6.3.5. <i>Exceptio doli</i>	461
3.6.3.6. Inalegabilidade das nulidades formais.....	462
3.6.3.7. Desequilíbrio no exercício jurídico	462
3.6.3.8. Cláusula de Stoppel.....	462

CAPÍTULO XV FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

1. Noções básicas.....	464
2. Fase de pontuação (negociações preliminares).....	465
3. Proposta de contratar.....	467
3.1. Prazo de validade da proposta	468
3.2. A oferta ao público.....	469
3.3. Consequências jurídicas da morte do proponente	471
4. A aceitação	471
5. Formação dos contratos entre ausentes	472
6. A proposta no Código de Defesa do Consumidor.....	474
7. Lugar da formação do contrato	476

CAPÍTULO XVI DAS ESTIPULAÇÕES CONTRATUAIS EM RELAÇÃO A TERCEIROS

1. Introdução.....	477
2. Estipulação em favor de terceiro	477
3. Promessa de fato de terceiro	479
3.1. Natureza jurídica.....	480
3.2. Exclusão de responsabilidade.....	480
4. Contrato com pessoa a declarar	481

CAPÍTULO XVII CONTRATO PRELIMINAR

1. Conceito e institutos similares	483
2. Natureza jurídica	484
3. Classificação	484
4. Tutela específica	486

CAPÍTULO XVIII VÍCIOS REDIBITÓRIOS

1. Conceito e características.....	487
2. Consequências jurídicas da verificação de vícios redibitórios.....	488
3. Prazo para a propositura das ações edilícias.....	489
4. Vícios redibitórios e o Código de Defesa do Consumidor.....	493

CAPÍTULO XIX
EVICÇÃO

1.	Noções conceituais.....	495
2.	Fundamentos jurídicos.....	496
3.	Requisitos.....	496
3.1.	Aquisição de um bem.....	497
3.1.1.	Contratos onerosos.....	497
3.1.2.	Aquisição em hasta pública.....	498
3.2.	Perda da posse ou da propriedade.....	500
3.3.	Prolação de sentença judicial ou execução de ato administrativo.....	500
4.	Direitos do evicto.....	501
5.	Espécies de evicção: total e parcial.....	502
6.	Evicção e autonomia da vontade — a cláusula de não evicção.....	503

CAPÍTULO XX
EXTINÇÃO DO CONTRATO

1.	Introdução.....	505
2.	Extinção natural do contrato.....	506
2.1.	Cumprimento do contrato ou exaustão do seu objeto.....	506
2.2.	Verificação de fatores eficaciais.....	507
2.2.1.	Vencimento do termo.....	507
2.2.2.	Implemento de condição resolutiva.....	507
2.2.3.	Frustração da condição suspensiva.....	508
3.	Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato.....	508
3.1.	Nulidade ou anulabilidade.....	508
3.2.	Redibição.....	509
3.3.	Direito de arrependimento.....	509
4.	Causas supervenientes à formação do contrato.....	510
4.1.	Resilição.....	510
4.1.1.	Bilateral (distrato).....	511
4.1.2.	Unilateral.....	512
4.2.	Resolução.....	516
4.2.1.	Algumas palavras sobre a voluntariedade da inexecução.....	517
4.2.2.	Cláusula resolutória (expressa ou tácita).....	517
4.3.	Rescisão.....	520
4.4.	Morte do contratante.....	521
4.5.	Caso fortuito ou força maior.....	522

CAPÍTULO XXI
EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO

1.	Considerações iniciais.....	523
2.	Conceito e natureza jurídica.....	523
3.	Elementos caracterizadores.....	525
4.	Restrição à aplicação do instituto.....	525
5.	Garantia de cumprimento.....	526
6.	A exceção do contrato não cumprido e a administração pública.....	526

CAPÍTULO XXII
TEORIA DA IMPREVISÃO E RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA

1.	Introdução.....	528
2.	Elementos para aplicabilidade da teoria da imprevisão.....	529

3. Teoria da imprevisão × lesão.....	529
4. Teoria da imprevisão × inadimplemento fortuito (caso fortuito ou força maior)	530
5. A teoria da imprevisão no Código de Defesa do Consumidor.....	531
6. A teoria da imprevisão no Código Civil de 2002.....	531
6.1. Aplicabilidade do instituto	532
6.2. Revisibilidade do contrato.....	533
6.3. Aplicação da teoria nos contratos unilaterais	534

CAPÍTULO XXIII CONTRATOS ATÍPICOS

1. Introdução.....	535
2. Contratos típicos e atípicos	536
2.1. Distinção dos contratos nominados e inominados	538
2.2. Classificação dos contratos atípicos.....	538
2.3. Disciplina jurídica dos contratos atípicos.....	539
3. Os contratos atípicos no Código Civil brasileiro.....	541
4. União de contratos ou contratos coligados.....	543

CAPÍTULO XXIV COMPRA E VENDA

1. Conceito e partes.....	546
2. Características.....	547
3. Elementos essenciais	550
3.1. O consentimento	550
3.2. A coisa	550
3.3. O preço.....	553
4. Despesas com o contrato de compra e venda	555
5. Responsabilidade civil pelos riscos da coisa.....	555
6. Questões especiais referentes à compra e venda	558
6.1. Venda a descendente.....	558
6.2. Situações especiais referentes à falta de legitimidade para a compra e venda	561
6.3. Venda a condômino	563
6.4. Venda entre cônjuges e entre companheiros	565
7. Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	566
8. Cláusulas especiais ou pactos acessórios à compra e venda	569
8.1. Retrovenda	569
8.2. Venda a contento e sujeita à prova (por experimentação)	574
8.3. Preempção ou preferência.....	575
8.4. Venda com reserva de domínio	579
8.5. Venda sobre documentos	582

CAPÍTULO XXV TROCA OU PERMUTA

1. Denominação e conceito.....	585
2. Características.....	585
3. Permuta de valores desiguais.....	587
4. Disciplina jurídica	588

CAPÍTULO XXVI CONTRATO ESTIMATÓRIO

1. Conceito e partes.....	590
---------------------------	-----

2. Natureza jurídica	591
3. Características.....	593

CAPÍTULO XXVII

DOAÇÃO

1. Conceito e partes.....	595
2. Características.....	596
3. Aceitação da doação	598
4. Doação <i>mortis causa</i>	601
5. Doação inoficiosa.....	602
6. Doação universal	605
7. Promessa de doação (<i>pactum de donando</i>).....	606
8. Espécies de doação.....	608
8.1. Doação pura × doação com fatores eficáciais.....	608
8.2. Doação contemplativa × doação remuneratória	609
8.3. Doação conjuntiva	611
8.4. Doação com cláusula de reversão.....	612
8.5. Doação mista × doações mútuas	613
8.6. Doação sob forma de subvenção periódica.....	614
8.7. Doação indireta × doação disfarçada	614
9. Extinção do contrato de doação	615
9.1. Meio natural de extinção	615
9.2. Revogação da doação (inexecução do encargo e ingratidão do donatário).....	615
9.2.1. Hipóteses de ingratidão	617
9.2.2. Ação revocatória: características. Condições. Prazos. Efeitos	626
9.2.3. Doações não sujeitas à revogação.....	627
10. Doação por procuração.....	629

CAPÍTULO XXVIII

LOCAÇÃO DE COISAS

1. Noções gerais.....	630
2. Conceito	631
3. Elementos essenciais	632
3.1. Tempo (duração da locação).....	632
3.2. Coisa (objeto da locação)	635
3.3. Retribuição (preço da locação).....	636
4. Características.....	637
5. Modalidades	638
6. Conteúdo do contrato de locação (direitos e obrigações das partes)	640
6.1. Obrigações do locador × direitos do locatário	641
6.1.1. Entregar ao locatário a coisa alugada	641
6.1.2. Manter a coisa alugada no mesmo estado	642
6.1.3. Garantir o uso pacífico da coisa.....	644
6.2. Obrigações do locatário × direitos do locador	645
6.2.1. Servir-se da coisa alugada para os usos contratados	645
6.2.2. Tratar a coisa alugada como se sua fosse	646
6.2.3. Pagar pontualmente o aluguel.....	646
6.2.4. Levar ao conhecimento do locador as turbações de terceiros.....	646
6.2.5. Restituir a coisa, finda a locação, no estado em que a recebeu	647
7. A indenização por benfeitorias na coisa locada.....	647

8. Direito de retenção	647
9. Extinção do contrato de locação	648

CAPÍTULO XXIX EMPRESTIMO

1. Introdução.....	653
2. Comodato.....	654
2.1. Histórico e conceito	654
2.2. Características	656
2.3. Prazo do contrato.....	657
2.4. Partes e objeto.....	659
2.5. Direitos e obrigações das partes	660
2.6. Despesas feitas pelo comodatário.....	662
2.7. Extinção.....	663
3. Mútuo	664
3.1. Histórico e conceito	664
3.2. Riscos da coisa emprestada	665
3.3. Características	666
3.4. Prazo do contrato.....	668
3.5. Partes e objeto.....	668
3.6. Mútuo feito a menor	669
3.7. Garantia de restituição ao mutuante	673
3.8. Direitos e obrigações das partes	673
3.9. Extinção.....	673

CAPÍTULO XXX PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

1. Considerações terminológicas iniciais.....	675
2. Conceito e contratos afins.....	675
3. Características.....	677
4. Objeto.....	678
5. Forma.....	679
6. Retribuição.....	679
6.1. Compensação na ausência de habilitação	680
7. Tempo de duração.....	681
7.1. Direito ao aviso prévio	682
7.2. Contagem do tempo	683
8. Extinção do contrato	684
8.1. Direito à certificação	685
8.2. Indenizações pela extinção antecipada	685
9. Aliciamento de mão de obra	686

CAPÍTULO XXXI EMPREITADA

1. Noções conceituais	687
2. Objeto.....	687
3. Características.....	688
4. Modalidades	690
4.1. Empreitada de labor.....	690
4.2. Empreitada de materiais	691

5. O preço	692
6. Direitos e deveres do empreiteiro e do comitente/dono da obra.....	694
6.1. Remuneração	694
6.2. Aceitação	694
6.3. Pagamento de materiais recebidos e inutilizados	694
6.4. Inalterabilidade relativa do projeto.....	695
7. Prazo de garantia	696
8. Suspensão do contrato de empreitada	699
9. Extinção do contrato de empreitada.....	700

CAPÍTULO XXXII DEPÓSITO

1. Conceito	702
2. Características.....	703
3. Partes e objeto.....	706
4. Espécies de depósito	708
5. Direitos e obrigações das partes	712
6. Negativa de devolução da coisa depositada.....	714
6.1. Análise dos arts. 633 a 635 do Código Civil	714
6.2. Direito de retenção.....	715
7. Extinção do contrato de depósito	717

CAPÍTULO XXXIII MANDATO

1. Conceito e denominação	718
2. Distinções terminológicas.....	718
3. Partes	721
4. Características.....	723
5. Forma.....	725
6. Substabelecimento	726
7. Objeto do mandato	728
8. Espécies.....	731
8.1. Mandato extrajudicial.....	732
8.2. Mandato judicial	732
9. Conteúdo do mandato	735
10. Direitos e obrigações das partes	736
10.1. Obrigações do mandatário × direitos do mandante	737
10.2. Obrigações do mandante × direitos do mandatário	739
11. Irrevogabilidade do mandato	741
12. Extinção do mandato	743

CAPÍTULO XXXIV COMISSÃO

1. Conceito e elementos.....	744
2. Características.....	745
3. Direitos e obrigações das partes	748
4. Espécies de comissão.....	751
5. Cláusula <i>del credere</i>	751
6. Extinção do contrato.....	753

CAPÍTULO XXXV
AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

1.	Unidade ou distinção conceitual?	754
2.	Características	757
3.	Direitos e obrigações das partes	758
4.	Extinção do contrato	761

CAPÍTULO XXXVI
CORRETAGEM

1.	Conceito e institutos análogos	763
2.	Tipologia	764
3.	Características	766
4.	Direitos e deveres das partes	767
5.	Remuneração do corretor	768
6.	Extinção do contrato de corretagem	770

CAPÍTULO XXXVII
TRANSPORTE

1.	Conceito	771
2.	Características	773
3.	Transporte de coisas ou mercadorias	776
4.	Transporte de pessoas	782
5.	Transporte gratuito	787
6.	Extinção do contrato de transporte	789

CAPÍTULO XXXVIII
SEGURO

1.	Conceito	791
2.	Princípios reguladores	792
3.	Natureza jurídica	794
4.	Características	795
5.	Partes	797
6.	Objeto do seguro: o risco	800
7.	A boa-fé e o contrato de seguro	803
8.	Apólice	806
9.	Direitos e obrigações das partes	808
10.	Prêmio	809
11.	Agente autorizado do segurador: o corretor de seguros	813
12.	Espécies de seguro: seguro de dano e seguro de pessoa	814
	12.1. Seguro de dano	814
	12.1.1. Sinistro parcial	816
	12.1.2. Garantia do seguro e vício intrínseco da coisa segurada	817
	12.1.3. Seguro de coisas transportadas	819
	12.1.4. Transferência do contrato	820
	12.1.5. Direito de regresso da companhia seguradora	821
	12.1.6. Seguro de responsabilidade civil	822
	12.2. Seguro de pessoa	825
	12.2.1. Noções introdutórias	825
	12.2.2. Seguro de acidentes pessoais	827
	12.2.3. Seguro de vida	827

12.2.4. Seguro em grupo.....	834
13. Extinção do contrato.....	835

CAPÍTULO XXXIX
CONSTITUIÇÃO DE RENDA

1. Conceito	836
2. Características.....	837
3. Forma.....	839
4. Direitos e obrigações das partes	840
5. Nulidade da constituição de renda	841
6. Direito de acrescer	841
7. Extinção do contrato.....	841

CAPÍTULO XL
JOGO E APOSTA

1. Noções introdutórias.....	843
2. Conceito	843
3. Natureza jurídica	845
4. Espécies de jogo.....	846
5. Características.....	849
6. Contratos diferenciais.....	850
7. Utilização do sorteio	852
8. O reembolso de empréstimo para jogo ou aposta	852
9. Extinção do contrato.....	853

CAPÍTULO XLI
FIANÇA

1. Conceito	854
2. Características.....	854
3. Partes	857
4. Objeto.....	859
5. Espécies de fiança	861
6. Efeitos da fiança	864
6.1. Benefício de ordem	864
6.2. Direitos e deveres das partes	866
7. Fiança conjunta.....	869
8. Limitação temporal da fiança.....	870
9. Fiança e aval.....	872
10. Fiança e outorga uxória.....	873
11. Extinção da fiança	875

CAPÍTULO XLII
TRANSAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica	877
2. Elementos analiticamente considerados.....	878
3. Características.....	879
4. Espécies.....	881
5. Forma.....	882
6. Objeto.....	882
7. Efeitos.....	883

CAPÍTULO XLIII
COMPROMISSO

1.	Conceito de compromisso.....	884
2.	Características.....	886
3.	Natureza jurídica.....	888
4.	O compromisso no procedimento da arbitragem.....	888
5.	Extinção do contrato de compromisso.....	890

CAPÍTULO XLIV
ATOS UNILATERAIS

1.	Noções introdutórias.....	891
2.	Promessa de recompensa.....	891
	2.1. Pressupostos de validade.....	892
	2.2. Possibilidade de revogação.....	892
	2.3. Concorrência de interessados.....	893
	2.4. Concursos com promessa pública de recompensa.....	893
3.	Gestão de negócios.....	894
	3.1. Obrigações do gestor e do dono do negócio.....	895

CAPÍTULO XLV
ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E PAGAMENTO INDEVIDO

1.	Enriquecimento sem causa.....	897
2.	Pagamento indevido.....	898
	2.1. Espécies de pagamento indevido.....	899
	2.2. Pagamento indevido e boa-fé.....	899
	2.3. Ação de <i>in rem verso</i>	901

RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO XLVI
INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE JURÍDICA

1.	Introdução.....	904
2.	Conceito jurídico de responsabilidade.....	904
3.	Responsabilidade jurídica × responsabilidade moral.....	906
4.	Responsabilidade civil × responsabilidade criminal.....	906

CAPÍTULO XLVII
NOÇÕES GERAIS SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL

1.	Conceito de responsabilidade civil.....	909
2.	Breve notícia histórica da responsabilidade civil.....	909
3.	Considerações iniciais sobre as espécies de responsabilidade civil.....	912
	3.1. Responsabilidade civil subjetiva × responsabilidade civil objetiva.....	913
	3.2. Responsabilidade civil contratual × responsabilidade civil extracontratual ou aquiliana.....	915
4.	Natureza jurídica da responsabilidade civil.....	918
5.	Função da reparação civil.....	919
6.	Importância do estudo da responsabilidade civil.....	920

CAPÍTULO XLVIII
ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

1.	Uma visão geral dos elementos da responsabilidade civil.....	922
----	--	-----

2. Algumas palavras sobre o elemento (acidental) culpa.....	922
3. Considerações sobre a responsabilidade civil e imputabilidade.....	924

CAPÍTULO XLIX
A CONDUTA HUMANA

1. A conduta humana: primeiro elemento da responsabilidade civil.....	925
2. Classificação da conduta humana.....	926
3. A conduta humana e a ilicitude.....	928

CAPÍTULO L
O DANO

1. Conceito de dano	932
2. Requisitos do dano indenizável.....	934
3. Espécies de dano: patrimonial, moral, estético, existencial e social	936
4. Dano reflexo ou em ricochete.....	939
5. Danos coletivos, difusos e a interesses individuais homogêneos	940
6. Formas de reparação de danos	942
7. O tempo como um bem jurídico tutelável	943

CAPÍTULO LI
O DANO MORAL

1. Introdução.....	947
2. A preocupação do Código Civil de 2002 com a questão da moralidade	947
3. Conceito e denominação	948
4. Dano moral direto e indireto.....	949
5. Natureza jurídica da reparação do dano moral.....	950
6. Dano moral e pessoa jurídica	953
7. Dano moral e direitos difusos e coletivos.....	954

CAPÍTULO LII
NEXO DE CAUSALIDADE

1. Introdução.....	958
2. Teorias explicativas do nexo de causalidade	959
2.1. Teoria da equivalência das condições (<i>conditio sine qua non</i>).....	959
2.2. Teoria da causalidade adequada	961
2.3. Teoria da causalidade direta ou imediata	962
3. Teoria adotada pelo Código Civil brasileiro.....	964
4. Causas concorrentes.....	965
5. Concausas	967
6. A teoria da imputação objetiva e a responsabilidade civil.....	968

CAPÍTULO LIII
CAUSAS EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL E
CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR

1. Introdução.....	970
2. Causas excludentes de responsabilidade civil.....	970
2.1. Estado de necessidade	971
2.2. Legítima defesa.....	972
2.3. Exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal.....	973

2.4. Caso fortuito e força maior.....	975
2.5. Culpa exclusiva da vítima.....	977
2.6. Fato de terceiro.....	978
3. Cláusula de não indenizar.....	979

CAPÍTULO LIV

A RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E A NOÇÃO DE CULPA

1. Introdução.....	982
2. Breve histórico e conceito de culpa: da glória ao declínio.....	982
3. Elementos da culpa.....	986
4. Graus e formas de manifestação da culpa em sentido estrito (negligência, imprudência e imperícia).....	986
5. Espécies de culpa.....	989

CAPÍTULO LV

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA E A ATIVIDADE DE RISCO

1. Introdução.....	992
2. A responsabilidade civil objetiva na legislação especial e o risco da atividade.....	992
3. Como conciliar a responsabilidade civil objetiva e o art. 944, parágrafo único, do Código Civil de 2002.....	998

CAPÍTULO LVI

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE TERCEIRO

1. Introdução.....	1002
2. Tratamento legal da matéria.....	1002
3. Responsabilidade civil dos pais pelos filhos menores.....	1005
4. Responsabilidade civil dos tutores e curadores pelos tutelados e curatelados.....	1006
5. Responsabilidade civil do empregador ou comitente, pelos atos dos seus empregados, serviçais ou prepostos.....	1008
6. Responsabilidade civil dos donos de hotéis, hospedarias e estabelecimentos educacionais por ato dos seus hóspedes, moradores e educandos.....	1011
7. Responsabilidade civil pelo produto de crime.....	1012
8. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.....	1013

CAPÍTULO LVII

RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DA COISA E DO ANIMAL

1. Introdução.....	1014
2. A importância do Direito francês.....	1015
3. A doutrina da guarda da coisa e do animal no Brasil.....	1016
4. O responsável civil pela guarda da coisa ou do animal.....	1016
5. Tratamento legal.....	1017
5.1. Responsabilidade civil pela guarda do animal.....	1017
5.2. Responsabilidade civil pela ruína de edifício ou construção.....	1019
5.3. Responsabilidade civil pelas coisas caídas de edifícios.....	1021

CAPÍTULO LVIII

PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS

1. Esclarecimentos terminológicos.....	1022
2. Concurso de credores.....	1022

3. Categorias das preferências no Código Civil brasileiro	1023
4. Ordem preferencial no Direito brasileiro	1025

DIREITOS REAIS

CAPÍTULO LIX

NOÇÕES GERAIS SOBRE DIREITOS REAIS

1. Direitos reais: denominação e conceito.....	1029
2. Natureza da relação jurídica real	1029
3. Obrigação real (<i>propter rem</i>).....	1031
4. Classificação dos direitos reais.....	1032

CAPÍTULO LX

POSSE

1. Conceito e natureza jurídica.....	1034
2. Teorias da posse	1037
3. Teoria adotada pelo Código Civil.....	1038
4. Detenção.....	1039
5. Posse de direitos (<i>possessio juris</i>)	1041
6. Classificação da posse	1041
6.1. Quanto ao exercício e gozo (posse direta e posse indireta).....	1042
6.2. Quanto à existência de vício (posse justa e posse injusta).....	1043
6.3. Quanto à legitimidade do título ou ao elemento subjetivo (posse de boa-fé e posse de má-fé)	1045
6.4. Quanto ao tempo (posse nova e posse velha)	1046
6.5. Quanto à proteção (posse <i>ad interdicta</i> e posse <i>ad usucapionem</i>)	1047
7. Comosse	1048
8. Momento de aquisição da posse	1049
9. Quem pode adquirir a posse.....	1050
10. Modos de perda da posse.....	1050
11. Efeitos da posse	1051
11.1. Percepção dos frutos e produtos.....	1051
11.2. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa.....	1053
11.3. Indenização pelas benfeitorias realizadas.....	1054
11.4. Proteção possessória.....	1056
11.4.1. De direito material	1056
11.4.2. De direito processual	1057

CAPÍTULO LXI

PROPRIEDADE

1. Conceito	1063
2. Características.....	1064
3. Extensão da propriedade	1065
4. Função social da propriedade	1067
5. Classificação	1068
5.1. Quanto à extensão do direito do titular (alcance subjetivo).....	1068
5.2. Quanto à perpetuidade do domínio (alcance temporal).....	1069
5.3. Quanto à localização e destinação da propriedade (alcance finalístico).....	1070
6. Aquisição da propriedade imóvel.....	1072
6.1. Usucapião	1072

6.1.1. Conceito e pressupostos.....	1072
6.1.2. Principais espécies.....	1073
6.1.2.1. Usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC).....	1073
6.1.2.2. Usucapião ordinária (art. 1.242 do CC).....	1074
6.1.2.3. Usucapião constitucional (ou especial) rural ou <i>pro labore</i> (art. 191 da CF; art. 1.239 do CC).....	1076
6.1.2.4. Usucapião constitucional (ou especial) urbana ou <i>pro misero</i> (art. 183 da CF; art. 1.240 do CC; art. 9º do Estatuto da Cidade).....	1076
6.1.2.5. Usucapião especial urbana coletiva (art. 10 do Estatuto da Cidade)..	1078
6.1.2.6. Usucapião rural coletiva (art. 1.228, §§ 4º e 5º, do CC).....	1080
6.1.2.7. Usucapião familiar (art. 1.240-A do CC).....	1083
6.1.2.8. Usucapião indígena (Lei n. 6.001, de 1973).....	1086
6.1.2.9. Usucapião administrativa (art. 1.071 do CPC).....	1086
6.2. Registro imobiliário.....	1089
6.3. Acessão.....	1093
6.3.1. Conceito.....	1093
6.3.2. Distinção entre acessão e benfeitoria.....	1094
6.3.3. Acessão natural: formação de ilhas.....	1094
6.3.4. Acessão natural: aluvião.....	1095
6.3.5. Acessão natural: avulsão.....	1096
6.3.6. Acessão natural: álveo abandonado.....	1097
6.3.7. Acessão artificial: construções e plantações.....	1098
7. Aquisição da propriedade mobiliária.....	1100
7.1. Usucapião.....	1100
7.2. Ocupação.....	1100
7.3. Achado de tesouro.....	1102
7.4. Tradição.....	1102
7.5. Especificação.....	1105
7.6. Confusão, comistão e adjunção.....	1106
8. Perda da propriedade.....	1107

CAPÍTULO LXII DIREITOS DE VIZINHANÇA

1. Conceito.....	1109
2. Uso anormal da propriedade (arts. 1.277 a 1.281).....	1110
3. Árvores limítrofes (arts. 1.282 a 1.284).....	1111
4. Passagem forçada (art. 1.285).....	1112
5. Passagem de cabos e tubulações (arts. 1.286 e 1.287).....	1113
6. Das águas (arts. 1.288 a 1.296).....	1114
7. Limites entre prédios e do direito de tapagem (arts. 1.297 e 1.298).....	1116
8. Direito de construir (arts. 1.299 a 1.313).....	1118

CAPÍTULO LXIII CONDOMÍNIO

1. Noções introdutórias.....	1124
2. Condomínio voluntário.....	1124
3. Condomínio necessário.....	1129
4. Condomínio edilício.....	1130
5. Condomínio de lotes.....	1141
6. Multipropriedade ou <i>time sharing</i>	1142

CAPÍTULO LXIV
DIREITOS REAIS NA COISA ALHEIA

1. Introdução	1147
2. Superfície.....	1147
3. Servidão.....	1150
4. Usufruto	1154
5. Uso.....	1168
6. Habitação	1169
7. Direito do promitente comprador.....	1170
8. Penhor.....	1178
9. Hipoteca	1183
10. Anticrese.....	1189
11. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	1190
12. Concessão de direito real de uso	1194
13. Laje	1196

DIREITO DE FAMÍLIA

CAPÍTULO LXV
INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA

1. Conceito de família ou conceitos de famílias?.....	1202
2. Princípios peculiares do Direito de Família.....	1206
2.1. Princípio da afetividade	1206
2.2. Princípio da solidariedade familiar	1211
2.3. Princípio da proteção ao idoso.....	1213
2.4. Princípio da função social da família	1214
2.5. Princípio da plena proteção das crianças e adolescentes.....	1216
2.6. Princípio da convivência familiar	1218
2.7. Princípio da intervenção mínima do Estado no Direito de Família.....	1220

CAPÍTULO LXVI
NOÇÕES CONCEITUAIS SOBRE O CASAMENTO

1. Conceito e natureza jurídica	1222
2. A promessa de casamento — responsabilidade civil por ruptura do noivado	1227
3. Formas especiais de casamento	1229
3.1. Casamento por procuração	1229
3.2. Casamento nuncupativo	1232
3.3. Casamento em caso de moléstia grave.....	1234
3.4. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade diplomática brasileira.....	1235
3.5. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade estrangeira.....	1237

CAPÍTULO LXVII
CAPACIDADE, HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO MATRIMONIAL

1. Capacidade para o casamento	1240
1.1. Autorização para o casamento do menor de 18 anos.....	1241
1.2. Antecipação da idade núbil	1241
2. Habilitação para o casamento.....	1247
2.1. Requerimento da habilitação	1247
2.2. Edital de proclamas	1248

2.3. Oposição à habilitação	1249
2.4. Certificação da habilitação.....	1250
3. Celebração do casamento	1250

CAPÍTULO LXVIII

PLANO DE EXISTÊNCIA DO CASAMENTO

1. Introdução.....	1257
2. Noções gerais do plano de existência do casamento como negócio jurídico.....	1258
2.1. Manifestação de vontade (consentimento)	1259
2.2. Celebração por autoridade materialmente competente.....	1261

CAPÍTULO LXIX

PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS

1. Conceito e tratamento legal	1266
2. Análise do art. 1.521 do Código Civil: impedimentos matrimoniais	1267
2.1. Casamento entre parentes em linha reta.....	1267
2.2. Casamento entre afins em linha reta	1268
2.3. Casamento entre o adotante com quem foi cônjuge do adotado e do adotado com quem o foi do adotante.....	1269
2.4. Casamento entre colaterais.....	1270
2.5. Casamento entre o adotado e o filho do adotante	1272
2.6. Casamento entre as pessoas casadas.....	1272
2.7. Casamento entre o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.....	1273
2.8. Casamento entre adúlteros	1274
3. Oposição dos impedimentos.....	1275
4. Efeitos jurídicos do casamento nulo	1275

CAPÍTULO LXX

PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: CAUSAS DE ANULAÇÃO

1. Causas de anulabilidade no Código Civil de 2002	1278
1.1. Nubente que não completou a idade mínima para casar	1278
1.2. Nubente em idade núbil sem autorização para o casamento.....	1279
1.3. Vícios de vontade	1279
1.3.1. Da omissão legal de referência a outros vícios de consentimento.....	1279
1.3.2. Do erro essencial sobre a pessoa de um dos cônjuges	1280
1.3.2.1. Quanto à identidade, honra e boa fama	1281
1.3.2.2. Quanto à existência de cometimento de crime.....	1284
1.3.2.3. Quanto à existência de defeito físico irremediável que não caracterize deficiência ou patologia transmissível.....	1284
1.3.2.4. Hipóteses não mais caracterizadoras de erro essencial.....	1285
1.3.3. Da coação	1287
1.4. Nubente incapaz de consentir ou de manifestar o seu consentimento.....	1288
1.5. Revogação do mandato no casamento por procuração.....	1289
1.6. Incompetência da autoridade celebrante	1290
2. Prazo e legitimação para anulação do casamento.....	1290
3. Efeitos jurídicos do casamento anulável	1292
3.1. Convalescimento do casamento anulável	1292
3.2. Natureza jurídica da sentença anulatória do casamento.....	1293
3.3. Consequências jurídicas da anulação do casamento	1294

CAPÍTULO LXXI

PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: CASAMENTO PUTATIVO

1. Conceito e tratamento legal	1295
2. Reconhecimento da putatividade.....	1297
3. Efeitos jurídicos do casamento putativo	1297
3.1. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por ambos os cônjuges	1298
3.2. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por um dos cônjuges.....	1299

CAPÍTULO LXXII

PLANO DE EFICÁCIA DO CASAMENTO: DEVERES MATRIMONIAIS E CAUSAS SUSPENSIVAS DO CASAMENTO

1. Eficácia jurídica do casamento: deveres matrimoniais	1301
2. Os deveres matrimoniais no Código Civil	1302
2.1. Fidelidade recíproca.....	1303
2.2. Vida em comum no domicílio conjugal (dever de coabitação).....	1305
2.3. Mútua assistência	1305
2.4. Sustento, guarda e educação dos filhos	1307
2.5. Dever de respeito e consideração mútuos	1307
3. Causas suspensivas do casamento	1308
3.1. Noções gerais	1308
3.2. Casamento do(a) viúvo(a), com filhos do falecido, pendentes inventário e partilha... ..	1309
3.3. Casamento da viúva ou de mulher cujo casamento tenha sido nulo ou anulado, antes do decurso de dez meses	1310
3.4. Casamento do(a) divorciado(a), pendente a partilha dos bens do casal	1310
3.5. Casamento do(a) tutor(a), curador(a) ou seus parentes com a pessoa tutelada ou curatelada	1311
3.6. Arguição das causas suspensivas.....	1311
3.7. Consequências jurídicas da verificação de causas suspensivas	1312

CAPÍTULO LXXIII

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS FUNDAMENTAIS

1. Conceito e principiologia.....	1313
2. Pacto antenupcial.....	1314
3. Autorização conjugal (“outorga uxória” e “outorga marital”)	1316
4. Regimes de bens no direito civil brasileiro.....	1322
5. Regime legal supletivo.....	1323
6. Regime legal obrigatório.....	1324
7. Mudança de regime de bens do casamento	1328
8. Administração dos bens no casamento	1334

CAPÍTULO LXXIV

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

1. Introdução e supletividade.....	1336
2. Conceito e disciplina legal.....	1337
3. Bens excluídos da comunhão.....	1338
4. Bens incluídos na comunhão.....	1338
5. Administração do patrimônio no regime da comunhão parcial de bens	1339

CAPÍTULO LXXV

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

1. Conceito	1340
-------------------	------

2. Bens excluídos da comunhão.....	1340
3. Tratamento jurídico da administração dos bens.....	1340
4. Extinção da comunhão.....	1341

CAPÍTULO LXXVI

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: SEPARAÇÃO CONVENCIONAL DE BENS

1. Introdução.....	1342
2. Conceito.....	1342
3. Administração das despesas do casal na separação convencional.....	1344

CAPÍTULO LXXVII

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS

1. Antecedentes históricos e conceito.....	1346
2. Diferenciação para os regimes da comunhão parcial e da separação de bens.....	1347
3. As dívidas no regime de participação final nos aquestos.....	1349
4. A dissolução da sociedade conjugal e o regime de participação final nos aquestos.....	1351

CAPÍTULO LXXVIII

BEM DE FAMÍLIA

1. Conceito e classificação do bem de família.....	1353
2. Disciplina jurídica do bem de família voluntário.....	1354
3. Disciplina jurídica do bem de família legal.....	1357

CAPÍTULO LXXIX

UNIÃO ESTÁVEL E OUTRAS MODALIDADES DE ENTIDADES FAMILIARES

1. Conceito de união estável.....	1362
2. Elementos caracterizadores.....	1365
2.1. Reflexão sobre o tema da dualidade de sexos.....	1365
2.2. Elementos caracterizadores essenciais.....	1366
2.2.1. Publicidade.....	1366
2.2.2. Continuidade.....	1367
2.2.3. Estabilidade.....	1367
2.2.4. Objetivo de constituição de família.....	1367
2.3. Elementos acidentais.....	1369
3. Impedimentos para a configuração da união estável.....	1370
4. Efeitos pessoais da união estável: direitos e deveres dos companheiros.....	1372
5. Efeitos patrimoniais da união estável: regime de bens.....	1374
6. Conversão da união estável em casamento.....	1381
7. Família monoparental.....	1383
8. Família homoafetiva.....	1385
9. Família poliafetiva.....	1391

CAPÍTULO LXXX

DIVÓRCIO

1. Conceito de divórcio e tratamento jurídico atual.....	1394
2. O divórcio extrajudicial.....	1397
3. O divórcio judicial.....	1403
4. Uso do nome pós-divórcio.....	1403

CAPÍTULO LXXXI
PODER FAMILIAR E GUARDA DE FILHOS

1.	Conceito de poder familiar	1407
2.	Exercício do poder familiar.....	1407
3.	Usufruto e administração dos bens de filhos menores	1409
4.	Extinção, suspensão e destituição do poder familiar	1411
5.	Guarda de filhos.....	1412
6.	Alienação parental.....	1421

CAPÍTULO LXXXII
FILIAÇÃO

1.	Introdução.....	1428
2.	A importância do princípio da igualdade na filiação e o princípio específico da veracidade da filiação	1428
3.	Reconhecimento voluntário.....	1430
4.	Reconhecimento judicial	1435
4.1.	Noções gerais	1435
4.2.	Ação de investigação de paternidade	1435
4.3.	Paternidade socioafetiva e posse do estado de filho.....	1440
4.4.	Multiparentalidade	1445

CAPÍTULO LXXXIII
PARENTESCO

1.	Conceito jurídico de parentesco.....	1450
2.	Visão classificatória do parentesco	1450
2.1.	Classificação do parentesco quanto à natureza	1451
2.1.1.	Parentesco natural.....	1451
2.1.2.	Parentesco civil	1452
2.1.3.	Parentesco por afinidade.....	1453
2.2.	Classificação do parentesco quanto a linhas	1454
2.2.1.	Parentesco em linha reta	1455
2.2.2.	Parentesco em linha colateral	1455
2.3.	Classificação do parentesco quanto a graus	1456
3.	Persistência do parentesco por afinidade, na linha reta, após a dissolução do casamento ou união estável.....	1456
4.	Restrições legais decorrentes do parentesco.....	1457
5.	Adoção	1458

CAPÍTULO LXXXIV
ALIMENTOS

1.	Terminologia e conceito	1461
2.	Pressupostos e critérios de fixação.....	1462
3.	Legitimação e características da obrigação alimentar.....	1464
4.	Classificações.....	1470
5.	A culpa em sede de alimentos.....	1472
6.	A prisão do devedor de alimentos.....	1476
7.	Alimentos gravídicos	1478
8.	Revisão, exoneração e extinção dos alimentos	1480

CAPÍTULO LXXXV
TUTELA, CURATELA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA

1.	Noções introdutórias.....	1484
2.	Distinção conceitual de tutela e curatela	1484
3.	Tutela.....	1485
3.1.	Sujeitos da tutela.....	1486
3.2.	Objeto da tutela	1490
3.3.	Cessação da tutela	1497
4.	Curatela	1498
4.1.	Sujeitos da curatela.....	1498
4.2.	Alguns aspectos processuais da curatela.....	1501
5.	Tomada de decisão apoiada.....	1502

SUCCESS ES

CAPÍTULO LXXXVI
NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DO DIREITO DAS SUCESSÕES

1.	A morte como fato jurídico.....	1505
2.	Compreensão do direito sucessório: conceito e fundamenta�o jurídico-ideológica.....	1507
3.	Sucessão hereditária: conceito e espécies.....	1509
3.1.	Classifica�o da sucessão hereditária pela matriz normativa.....	1510
3.2.	Classifica�o da sucessão hereditária pelo conjunto de bens transmitidos	1511
4.	Princípios específicos do direito sucessório.....	1511
4.1.	Princípio da <i>saisine</i>	1511
4.2.	Princípio (<i>non</i>) <i>ultra vires hereditatis</i>	1516
4.3.	Princípio da fun�o social da herança	1518
4.4.	Princípio da territorialidade	1518
4.5.	Princípio da temporariedade	1519
4.6.	Princípio do respeito � vontade manifestada	1520

CAPÍTULO LXXXVII
ADMINISTRA O DA HERANÇA

1.	No�es introdutórias.....	1521
2.	Administra�o da herança	1521
3.	Responsabilidade do administrador da herança (e do inventariante).....	1524
4.	Sucessão em bens de estrangeiros.....	1525

CAPÍTULO LXXXVIII
ACEITA O E RENÚNCIA DA HERANÇA

1.	Introdu�o	1527
2.	Aceita�o da herança.....	1528
2.1.	Distin�o entre aceita�o e delat�o da herança	1528
2.2.	Classifica�o.....	1529
2.2.1.	Aceita�o expressa.....	1529
2.2.2.	Aceita�o tácita	1529
2.2.3.	Aceita�o presumida.....	1530
2.3.	Efeitos.....	1530
2.4.	Revoga�o da aceita�o	1531
2.5.	Transmissibilidade do direito de aceita�o da herança	1531
3.	Renúncia da herança	1532

CAPÍTULO LXXXIX
CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS

1.	Introdução.....	1537
2.	Compreendendo a natureza da chamada “renúncia translativa”	1538
3.	Delimitação conceitual da cessão de direitos hereditários.....	1539
4.	Disciplina jurídica	1539
5.	Necessidade da autorização conjugal	1543

CAPÍTULO XC
VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

1.	Introdução.....	1546
2.	Legitimados para a sucessão hereditária em geral	1546
3.	Legitimidade especial na sucessão testamentária	1548
3.1.	Filhos ainda não concebidos de pessoa indicada pelo testador (prole eventual).....	1548
3.1.1.	Discussão sobre o enquadramento do embrião como prole eventual.....	1553
3.1.2.	Discussão sobre a possibilidade de reconhecimento de vocação hereditária autônoma ao embrião.....	1554
3.2.	Pessoas jurídicas.....	1556
3.3.	Fundações.....	1556
4.	Impedimentos legais sucessórios	1557

CAPÍTULO XCI
EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO

1.	Introdução.....	1560
2.	Exclusão por indignidade	1560
2.1.	Causas de exclusão por indignidade	1561
2.1.1.	Autoria, coautoria ou participação em homicídio doloso tentado ou consumado	1562
2.1.2.	Delitos contra a honra.....	1564
2.1.3.	Violência ou fraude.....	1565
2.2.	Efeitos da exclusão por indignidade	1567
3.	Teoria do herdeiro aparente	1567
4.	Perdão do indigno.....	1568
5.	Deserdação.....	1568
5.1.	Conceito.....	1569
5.2.	Hipóteses legais de deserdação	1569
5.3.	Procedimento.....	1572
5.4.	Efeitos de deserdação e direito de representação	1573

CAPÍTULO XCII
HERANÇA JACENTE

1.	Conceito	1575
2.	Natureza	1575
3.	Arrecadação.....	1576
4.	Herança vacante.....	1577

CAPÍTULO XCIII
DA PETIÇÃO DE HERANÇA

1.	Conceito	1579
----	----------------	------

2. Natureza jurídica e objetivos	1579
3. Prazo para exercício	1581
4. Legitimidade.....	1582
5. A petição de herança e a boa-fé	1582

CAPÍTULO XCIV SUCESSÃO LEGÍTIMA

1. Noções conceituais	1584
2. Disciplina jurídica positivada da sucessão legítima.....	1584
2.1. Considerações gerais e regras fundamentais.....	1584
2.2. Sucessão pelo descendente.....	1586
2.2.1. Correntes explicativas da concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da comunhão parcial.....	1588
2.2.2. Compreensão da expressão “bens particulares” para efeito de concorrência do cônjuge sobrevivente com o descendente.....	1591
2.2.3. Concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da separação convencional de bens	1594
2.3. Sucessão pelo ascendente.....	1598
2.4. Sucessão pelo cônjuge.....	1600
2.4.1. O usufruto viudal	1601
2.4.2. Direito real de habitação.....	1603
2.4.3. Disciplina efetiva da sucessão do cônjuge	1606
2.5. Sucessão pela(o) companheira(o).....	1610
2.6. Sucessão pelo colateral	1617
2.7. Sucessão pelo ente público.....	1620

CAPÍTULO XCV DIREITO DE REPRESENTAÇÃO

1. Conceito	1621
2. Características.....	1621
3. Fundamento e finalidade.....	1623
4. Efeitos	1624

CAPÍTULO XCVI SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

1. Noções gerais sobre o testamento	1626
1.1. Sobre o poder de testar	1626
1.2. Conceito e natureza jurídica	1628
1.3. Características essenciais	1629
1.4. Modalidades classificatórias do testamento	1632
2. Aspectos relevantes do plano da validade aplicável ao testamento.....	1632
2.1. Manifestação de vontade livre e de boa-fé	1633
2.2. Capacidade de testar.....	1633
2.3. Objeto do testamento	1634
2.4. Forma prescrita em lei	1635
2.5. Prazo das ações de invalidade de testamento.....	1635
3. O testamenteiro.....	1636
4. Regência temporal da lei reguladora da sucessão testamentária.....	1643

CAPÍTULO XCVII
FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1.	Introdução.....	1646
2.	Formas proibidas de testamento	1646
3.	Testamento público	1647
4.	Testamento cerrado.....	1650
5.	Testamento particular.....	1654

CAPÍTULO XCVIII
FORMAS EXTRAORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1.	Testamento marítimo e aeronáutico.....	1657
2.	Testamento militar	1660

CAPÍTULO XCIX
CODICILO

1.	Conceito e denominação	1664
2.	Finalidade e objeto do instituto.....	1664
3.	Forma.....	1666
4.	Relação do codicilo com o testamento	1668
5.	Revogação.....	1668

CAPÍTULO C
DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1.	Conceito de disposição testamentária.....	1670
2.	Modalidades	1670
3.	Interpretação	1671
4.	Sobre a nomeação de herdeiros e a distribuição de quinhões ou bens individualmente considerados	1672
5.	Validade das cláusulas testamentárias	1675
6.	Prazo para impugnação	1678
7.	Limitações de eficácia	1679
8.	Cláusulas de restrição de propriedade	1680

CAPÍTULO CI
LEGADOS

1.	Noções conceituais	1683
2.	Sujeitos.....	1684
3.	Objeto.....	1684
4.	Tipologia.....	1687
5.	Efeitos.....	1689
6.	Pagamento.....	1692
7.	Caducidade	1694

CAPÍTULO CII
DIREITO DE ACRESCEER E REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1.	Introdução.....	1697
2.	Direito de acrescer	1697
3.	Redução das disposições testamentárias	1700

CAPÍTULO CIII
SUBSTITUIÇÕES

1.	Introdução.....	1703
2.	Substituição vulgar ou ordinária.....	1704
3.	Substituição recíproca.....	1706
4.	Substituição fideicomissária (fideicomisso).....	1707
5.	Substituição compendiosa.....	1711

CAPÍTULO CIV
EXTINÇÃO DO TESTAMENTO (INVALIDADE, CADUCIDADE,
REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO)

1.	Invalidade do testamento.....	1712
	1.1. Prazo das ações de invalidade de testamento.....	1714
	1.2. Conversão do testamento nulo ou anulável.....	1715
2.	Inexecução do testamento.....	1717
	2.1. Caducidade.....	1717
	2.2. Revogação.....	1718
	2.3. Rompimento.....	1720

CAPÍTULO CV
INVENTÁRIO

1.	Delimitação conceitual e classificação.....	1723
2.	Inventário e espólio.....	1723
3.	Administração provisória da herança.....	1724
4.	O inventariante.....	1725
5.	Início e prazo do inventário.....	1726
6.	Liquidação da herança.....	1728
	6.1. Sonogados.....	1728
	6.2. Colações.....	1729
	6.3. Pagamento das dívidas.....	1732
	6.4. Avaliação e cálculo do imposto.....	1735
7.	Inventário negativo.....	1736
8.	Inventário administrativo.....	1737
9.	Inventário judicial.....	1739
10.	Alvará judicial.....	1740

CAPÍTULO CVI
PARTILHA

1.	Noções conceituais.....	1742
2.	Espécies de partilha.....	1743
3.	Legitimidade para requerimento da partilha.....	1743
4.	Partilha em vida.....	1744
5.	Isonomia na partilha.....	1744
6.	Alienação judicial.....	1745
7.	Homologação da partilha.....	1745
8.	Da garantia dos quinhões hereditários.....	1747
9.	Da invalidade de partilha: ação anulatória (anulação da partilha) e ação rescisória.....	1747
10.	Sobrepilha.....	1748

<i>Referências</i>		1751
--------------------------	--	------